



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 104/2023

Belo Horizonte, 16 de maio de 2023.

PARECER ÚNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: Jandir Sabadin			CPF/CNPJ: 297.749.340-91		
Endereço: Avenida Governador Valadares, 1659			Bairro: São João		
Município: NOVA PONTE	UF: MG		CEP: 38168-000		
Telefone: 34 99667-5760		E-mail: engenheira.rosana@outlook.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( X ) Sim, ir para o item 3      ( ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:	UF:		CEP:		
Telefone:		E-mail:			
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: Fazenda Ipanema Terra Vermelha			Área Total (ha): 139,5766		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 250.909			Município/UF: Uberlândia/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-BF9B.7E42.EA32.4F71.A227.0A61.3E42.5A6A					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade		Unidade		
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,4182		hectares		
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	302 - 61,5653 ha		espécies		
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,4182 ha	hectares	22K	784.272,40	7.883.412,24
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	302 - 61,5653 ha	espécies	22 K	783.850,68	7.883.689,74
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área	Especificação			hectares	
Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	área útil			61,9835	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
Bioma Cerrado	Cerrado sentido restrito				61,9835
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
Lenha Nativa	lenha		179,9580	m³	
Madeira Nativa	madeira - Sucupira Branca (Pterodon emarginatus) e Sucupira Preta (Bowdichia		44,3920	m³	

virgilioides)

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 25/04/2023

Data da vistoria: 28/04/20210

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 16/05/2023

**2. OBJETIVO**

Solicita a supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 0,4182 ha e o corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas, para implantação de áreas de culturas e melhorias nos tratos culturais. O empreendimento possui certificado de Não Passível de Licenciamento.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

O Sr. Jandir Sabadin é o proprietário da Fazenda Ipanema Terra Vermelha, matrícula nº 250.909, com área total de 139,5766 ha, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG que possui cobertura vegetal nativa de 15,94%. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito, nas coordenadas geográficas UTM 22K 784.333 e 7.883.412.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3170206-BF9B.7E42.EA32.4F71.A227.0A61.3E42.5A6A

- Área total: 140,1853 ha

- Área de reserva legal: 28,1201 ha

- Área de preservação permanente: 14,1367 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 64,1450 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 28,1201 ha

( ) A área está em recuperação: ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: Conforme matrícula 250.909 do CRI de Uberlândia - MG

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel - 28,1201 ha

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

A intervenção requerida é a supressão de vegetação nativa em uma área de 0,4182 ha e o corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas, para implantação de áreas de culturas e melhorias nos tratos culturais.

Taxa de Expediente Supressão: R\$ 596,29 - 10/11/2022

Taxa de Expediente Supressão Complementar: R\$ 33,32 - 14/02/2023

Taxa de Expediente CAI: R\$ 887,28 - 10/11/2022

Taxa de Expediente CAI Complementar: R\$ 49,58 - 14/02/2023

Taxa Florestal Lenha: R\$ 1.201,84 - 11/11/2022

Taxa Florestal Lenha Complementar: R\$ 67,16 - 14/02/2023

Taxa Florestal Madeira: R\$ 1.979,99 - 11/11/2022

Taxa Florestal Madeira Complementar: R\$ 110,65 - 14/02/2023

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23125146 - UAS e 23125145 - CAI

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa a Média

- Prioridade para conservação da flora: Alta

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: Não se aplica

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não Passível de Licenciamento

- Número do documento: Certificado de Não Passível de Licenciamento

#### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 28/04/2023, fui acompanhado pela consultoria, e constatei a inexistência de alternativa técnica e locacional para a supressão de vegetação nativa em uma área de 0,4182 ha e o corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas em uma área de 61,5653 ha, totalizando uma área de intervenção de 61,9835 ha. Vale ressaltar que na vistoria das áreas de intervenção e nem na lista de espécies apresentada nos estudos não foram encontradas espécies protegidas por Lei, porém caso sejam identificadas não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. Na lista de espécies das árvores isoladas não foram identificadas espécies protegidas por Lei. O empreendimento encontra-se dentro do Bioma Cerrado, conforme mapa do sistema IDE-SISEMA, e com fitofisionomia de cerrado sentido restrito. As áreas destinadas e declaradas no CAR a serem reserva legal estão devidamente preservadas e delimitadas.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: de um modo geral a declividade varia de plana a ondulada e está entre 5 a 15%.

- Solo: - Latossolo Vermelho Distrófico Típico, de textura argilosa.

- Hidrografia: A propriedade está inserida na Bacia Estadual do Rio Araguari e na Bacia Federal do Rio Paranaíba.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito. A proposta metodológica utilizada para o inventário florestal foi o método de implantação de Parcelas Amostrais Casual Simples que são áreas delimitadas de forma aleatória para observar e mensurar características qualitativas e quantitativas de uma população florestal. As unidades amostrais possuem 10 metros por 10 metros de comprimento, totalizando uma área amostral de 100 m<sup>2</sup>, sendo levantadas 03 parcelas amostrais.

- Fauna: A fauna presente na área em estudo é composta por espécies característica de cerrado, principalmente por espécies de médio e pequeno porte.

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional:

Conforme descrito nos estudos apresentados e vistoria in loco não há alternativa técnica e locacional para a supressão de vegetação em área comum de 0,4182 ha e nem para o corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas, pois o empreendimento necessita aumentar e mecanizar suas áreas de culturas, promovendo melhorias nos tratos culturais.

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a supressão de vegetação nativa e nem para o corte de árvores isoladas, haja visto não existir alternativa técnica locacional. Vale ressaltar que as espécies protegidas por Lei não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na

área e serem preservadas. Para o levantamento da flora, foi levado em consideração o trabalho de campo com a execução de um inventário florestal, voltado à identificação e quantificação dos indivíduos florestais presentes na área, através de catalogação e medição das espécies dentro de 03 parcelas amostrais realizadas em campo, com medidas de 10x10 (100m<sup>2</sup>) cada parcela, *sendo o material lenhoso estimado é de 179,9580 m<sup>3</sup> de lenha nativa e 44,3920 m<sup>3</sup> de madeira nativa*, distribuídas entre Sucupira Branca (*Pterodon emarginatus*) e Sucupira Preta (*Bowdichia virgilioides*), *provenientes desta intervenção destinados ao uso dentro da propriedade.*

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da supressão de vegetação nativa e do corte de árvores isoladas, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos.

#### Exemplo de medidas mitigadoras:

- curvas de nível e controle de processos erosivos,
- Proteção das áreas de preservação (APP e reserva legal) existentes na propriedade.
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei e em extinção.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Jandir Sabadin** conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,4182ha e corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas nativas vivas, na Fazenda Ipanema Terra Vermelha, localizada no município de Uberlândia/MG, conforme matrícula nº. 250909 do CRI da Comarca de Uberlândia/MG.

2 – A propriedade possui área total matriculada de 139,5766ha e área de reserva legal preservada, proposta no CAR e dentro do imóvel.

3 – As intervenções tem por finalidade o uso alternativo do solo, facilitando o plantio e movimentação de maquinário na propriedade.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como dispensado de licenciamento ambiental, para a atividade (culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura), conforme informado no requerimento e na certidão de dispensa de licenciamento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PIA, mapa, CAR, certidão de dispensa de licenciamento ambiental, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de regularização de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,4182ha e corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas nativas vivas, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e baixa a média vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

8 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

### III) Conclusão:

9 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,4182ha e corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas nativas vivas, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua

área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

#### Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de regularização da supressão de cobertura vegetal nativa com destoca e corte de árvores isoladas, ou seja, corte de árvores isoladas nativas vivas, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

#### 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 0,4182 ha e o corte de 302 (trezentos e duas) árvores isoladas, para implantação de áreas de culturas e melhorias nos tratos culturais, localizada na Fazenda Ipanema Terra Vermelha, matrícula nº 250.909, no município de Uberlândia - MG, cumprindo-se as técnicas descritas no PIA para as referidas intervenções ambientais e apresentadas nos estudos. *O material lenhoso estimado é de 179,9580 m³ de lenha nativa e 44,3920 m³ de madeira nativa, distribuídas entre Sucupira Branca (Pterodon emarginatus) e Sucupira Preta (Bowdichia virgilioides), provenientes desta intervenção destinados ao uso dentro da propriedade. Não está sendo autorizado o corte de espécies protegidas por lei como Ipê Amarelo e Pequi que devem permanecer na área objeto de exploração e serem preservados.*

#### 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:** Não se aplica

#### 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

*Taxa de Reposição Florestal - R\$ 6.780,17 - 02/06/2023.*

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

( X ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

#### 10. CONDICIONANTES

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.*

*No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.*

#### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
------	----------------------------	--------

1		
2		
3		
4		
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Ignácio Jorge Nasser**  
MASP: **1.198.192-5**

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Dayane Aparecida Pereira de Paula**  
MASP: **1217642-6**



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidor (a) Público (a)**, em 21/06/2023, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 21/06/2023, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **66031027** e o código CRC **866A0F3A**.